

Petrobras abre licitação para retomar obra de refinaria no Comperj

Expectativa da companhia é gerar dez mil empregos em projeto que já acumula US\$ 14 bilhões em prejuízos

BRUNO ROSA
bruno.rosa@globo.com.br

A Petrobras lançou processo de licitação para construir uma unidade de lubrificantes e concluir as obras da refinaria prevista na proposta original do Comperj, projeto considerado polêmico e hoje reativado de GasLub, em Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio.

Após a revelação dos casos de corrupção na construção do complexo no âmbito da Lava-Jato, as obras foram interrompidas em 2015. Entre 2017 e 2018, a estatal decidiu abandonar a construção de unidades de refino e de lubrificantes, e optou por erguer apenas uma unidade de processamento de gás e finalizar a Ruta

3, rede de gasoduto para receber o gás do pré-sal.

Desde 2008, quando começou a obra de terraplanagem em Itaboraí, a estatal já contabilizou prejuízo de ao menos US\$ 14 bilhões com o complexo, vindo de pagamento de propinas, obras superfaturadas e mudanças no projeto.

Agora, segundo a estatal, o objetivo é contratar empresas para as obras de construção e de conclusão de unidades operacionais de GasLub. A expectativa é gerar dez mil empregos diretos e indiretos durante as obras, que devem começar no segundo semestre.

Após concluir a refinaria vai produzir 17 mil barris por dia (bpd) de diesel S-10 e 20 mil bpd de querosene

de aviação do tipo 1, ambos com baixo teor de enxofre. Haverá ainda a produção de 12 mil bpd de óleos lubrificantes em outra unidade. Em nota, Jean Paul Prates, presidente da estatal, disse que esta "contratação é um marco para a retomada do Polo GasLub com a companhia volta a investir em um empreendimento de grande importância não só para a Petrobras, mas para o Rio de Janeiro e todo o Brasil".

Pressão do governo

Não é o primeiro projeto polêmico, e envolvido em corrupção no passado, em que a Petrobras volta a investir. Nos últimos meses, foi feito o mesmo com a retomada das obras



Em Itaboraí, a estatal lança processo licitatório para construir planta de lubrificante e concluir refinaria do Comperj

da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, onde pretende construir uma segunda unidade de refino e ampliar a primeira já existente. Por lá, construtoras envolvidas com a Lava-Jato se habilitaram para participar das obras.

A retomada dos grandes projetos capazes de gerar empregos por parte da Petrobras é também uma determinação do presidente Lula desde a campanha eleitoral. Nos últimos

meses, o presidente vem pressionando a estatal por maior celeridade nos projetos. Além das duas refinarias, a Petrobras anunciou recentemente planos para voltar a operar na área de fertilizantes, com a reabertura da unidade do Paraná e a expectativa em torno da retomada das obras em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

Em comunicado, o diretor de Processos Industriais e

Produtos da Petrobras, William França, disse que "a decisão reforça a estratégia de manter sua atuação com ativos focados na proximidade entre a oferta de óleo e gás e o mercado consumidor". Para o diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Carlos Travassos, a modernização do parque de refino amplia a produção, inserindo a Petrobras nos mais modernos padrões internacionais.

Cidade de São Paulo adere à privatização da Sabesp

Vereadores aprovam proposta que autoriza prefeitura a contratar empresa desestatizada, que segue para sanção de Ricardo Nunes

NICOLAS RIBEIRO
nicolas.ribeiro@globo.com.br

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou de forma definitiva ontem o projeto que autoriza a prefeitura a celebrar um novo contrato com a Sabesp após a privatização da empresa. Na prática, cumpre-se uma etapa que abre caminho para que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos)

leve adiante o plano de desestatização da companhia, que havia sido chancelado pela Assembleia Legislativa do estado (Alesp) em dezembro. A votação em segundo turno no Legislativo da capital, principal mercado da Sabesp, teve 37 votos favoráveis e 17 contrários — na primeira votação, em 17 de abril, o placar havia sido de 36 a 18. O texto segue agora para sanção do prefeito

Ricardo Nunes (MDB). O texto aprovado exige manter prerrogativas do contrato atual, vigente desde 2016, e cobra antecipação de investimentos da Sabesp na capital após a empresa ser assumida pela iniciativa privada, além de exigir a universalização dos serviços de água e esgoto na cidade até 2029. Também obriga a empresa a manter a tarifa social para a população de baixa

renda e exige percentual mínimo de investimentos sobre a receita obtida na cidade. A Prefeitura de São Paulo espera que, conforme o plano apresentado pelo governo estadual, a privatização da Sabesp resulte num aumento de cerca de 50% dos investimentos anuais na cidade até 2060. O contrato vigente determina que a Sabesp destine 7,5% do que arrecada na cidade para

o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), usado em ações como limpeza de córregos. Pelo texto aprovado ontem, esse percentual passará a ser de 8% a partir de 2040. O texto aprovado aumentou o montante que deverá ser antecipado ao FMSAI na assinatura do novo contrato: de 3% para 5,5% da receita projetada para 2025 a 2029. E ainda dos

valores que deverão ser investidos em ações de saneamento indicadas pela prefeitura, desde que atingida a universalização dos serviços até 2029.

A oposição ao governo tentou barrar a votação da proposta na Justiça. Foram realizadas oito audiências públicas para debater a proposta. A última ocorreu horas antes do segundo turno marcado por um bate-boca entre o vereador Rubinho Nunes (União) e a vereadora Luana Alves (PSOL).

O governo Tarcísio de Freitas pretende anunciar neste mês o percentual do capital da Sabesp que será vendido na oferta pública de ações.

Brasil precisa ser produtor de soluções de IA, diz ministra

Em 'live', Luciana Santos defendeu cooperação entre países do Sul Global



CAROLINA NALIN
carolina.nalin@globo.com.br

Comprometida com a entrega do plano nacional de inteligência artificial (IA), a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou ontem que o governo realiza uma força-tarefa para apresentar o projeto até junho. A proposta de atualização da estratégia de IA prevê, segundo ela, não só um diagnóstico da infraestrutura, mas

seus fundamentos tendo em vista a realidade brasileira, de modo que sejam adotadas soluções soberanas de IA.

— Somos hoje consumidores de soluções. Mas precisamos ser produtores porque precisamos ter autonomia — disse Luciana, em live promovida pelos jornais O GLOBO e Valor e a rede de rádio CBN.

Ela explicou que o plano de IA será considerado o estágio atual do país e fazer escolhas associadas às suas vocações.

— A IA tem que dialogar com a nova indústria brasileira. Não tem como o Brasil fugir de soluções de IA para a agricultura porque essa é uma de nossas potências. Na área educacional, temos tecnologia

as que vão nos ajudar a enfrentar disparidades e dar soluções mais assertivas para melhoria dos indicadores de qualidade.

Oportunidades locais

Bruno Bioni, diretor-fundador da Data Privacy Brasil, destacou que o país tem capacidade de para se posicionar de forma adequada geopoliticamente. É que pode ter soluções de IA com base na lógica *small data*, que utilizem bases de dados próprias para treinar modelos de escala menor, diferentemente dos populares grandes modelos de linguagem que abrangem diferentes usos.

— É possível criar modelos de IA dentro de bancos de dados mais controlados que vão



Ambiente digital. Luciana e especialistas reforçam importância da regulação

responder às necessidades e desafios da nossa localidade.

A boa notícia, segundo especialistas, é que o Brasil tem, este ano, como líder da presidência do G20, grupo de 20 maiores economias do mundo, a oportunidade de encaminhar a discussão sobre IA a partir do olhar dos países do Sul Global.

O presidente Lula quer em setembro apresentar a política de IA na abertura da Assembleia Geral da ONU. No âmbito nacional, a discussão sobre regulação da IA está amadurecendo, avaliou

Bioni, copresidente de Transformação Digital Inclusiva do T20. Ele explicou que o relatório preliminar apresentado pelo senador Eduardo Gomes (FL) prevê um sistema nacional de regulação e governança de IA (SIA) e tem sido bem aceito entre especialistas.

A proposta se afasta de um poder mais centralizador ao estabelecer que uma autoridade (ainda a ser designada pelo Poder Executivo) coordene o trabalho das agências reguladoras já existentes, como Anatel, ANS e outros. A ministra

está otimista de que o texto seja aprovado ainda neste ano.

Esse debate, diz Bioni, reforça a importância do projeto de lei das Redes Sociais, porque a IA potencializa riscos não resolvidos no ambiente digital. Luciana Santos afirma que a discussão sobre esse PL deve ser retomada em breve.

Fernando Ferreira, pesquisador do Netlab UFRJ, disse que é preciso discutir soluções para a desinformação: — É preciso pensar em ferramentas que façam com que a detecção (de conteúdo falso) seja mais simples e que haja responsabilização de quem vincula informação de modo massivo, entendendo como os algoritmos das plataformas impulsionam isso.

O projeto G20 no Brasil tem o governo do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, o município do Rio, capital do G20, como cidade anfitriã, e patrocinada pela IRS. A iniciativa é dos jornais O GLOBO e Valor e da rede de rádio CBN.

A MELHOR COBERTURA DO G20 ESTÁ NAS PLATAFORMAS DO GLOBO, VALOR E CBN

ESTADO HABILITADO: RIO DE JANEIRO

ORGÃO ANfitrião: G20

REALIZAÇÃO: JBS, GLOBO, Valor, CBN

ACCESSE E FAÇA POR DENTRO DE UM MINUTO O QUE ACONTECE NO G20